



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

Eilane Carvalho da Silva

**LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
PONTO DE VISTA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE
VÁRZEA DO POÇO-BA**

**Jacobina - Ba
2017**

Eilane Carvalho da Silva

**LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
PONTO DE VISTA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE
VÁRZEA DO POÇO-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH - CAMPUS IV, como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Profª Ma. Jacy Bandeira Almeida Nunes

**Jacobina - Ba
2017**

Eilane Carvalho da Silva

**LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
PONTO DE VISTA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE VÁRZEA DO POÇO-BA**

Este Trabalho de Conclusão de curso foi julgado e aprovado para obtenção do grau de licenciatura plena em geografia, no Curso de Geografia, da Universidade Estadual da Bahia – UNEB/ Campus IV.

Jacobina, 16 de fevereiro de 2017

Esp. Dolores Bastos de A. H. de Oliveira
Coordenadora do Colegiado de Geografia

Composição da Banca Examinadora:

Prof.^a Ma. Jacy Bandeira Almeida Nunes - UNEB - ORIENTADORA

Prof. Me. Fábio Nunes de Jesus - UNEB - AVALIADOR

Prof.^a Ma. Joseane Gomes Araújo - UNEB - AVALIADORA

Aprovado em 16 de fevereiro de 2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me concedeu o dom da vida e essa oportunidade de frequentar um curso superior.

A minha família que me apoiou durante todo o curso. Meu esposo Belardo, minha mãe Antonia, meu pai Antonio, irmãos Fábio, Osni, Erica e Letícia, também a Tia Mariazinha, Nai e Miguel, por me ajudarem em momentos de dificuldade.

A esta Universidade, por oferecer professores comprometidos e que me despertaram o interesse por esta temática e que durante a formação me mostraram o quanto seria interessante essa pesquisa.

A minha orientadora, Jacy Bandeira, pelo empenho, paciência e determinação em me ensinar os rumos das pesquisas, e o quanto ela é importante para minha formação enquanto licenciada.

A banca examinadora desse trabalho de conclusão, Joseane Gomes e Fábio Nunes, que se dispuseram a contribuir avaliando este trabalho.

À direção do Colégio Estadual Felipe Cassiano, que autorizou a pesquisa e principalmente aos alunos que participaram das entrevistas.

Aos colegas do curso, pela amizade, companheirismo, torcida e por sempre estarem juntos em cada conquista.

A Saionara Lima e Glória Almeida por importante contribuição na correção desse trabalho.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para minha formação.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender o ponto de vista dos alunos do Ensino Médio de Várzea do Poço – BA, sobre o território e lugar do ser negro no Brasil contemporâneo. Parte-se da suposição de que a identidade étnica é produto das interações sócio espaciais, histórica, cognitivas e afetivas. Inicialmente realizou-se o levantamento bibliográfico. A pesquisa campo foi aplicada no Colégio Estadual Felipe Cassiano, em Várzea do Poço, Bahia, com alunos do Ensino Médio, através de entrevistas narrativas. As entrevistas foram feitas com uso de gravador, sendo que foram dirigidas perguntas para cada entrevistado individualmente e em local isolado dos demais. A gravação foi permitida e os nomes dos entrevistados não foram revelados por questões éticas para garantir a dignidade dos entrevistados, mas foram identificados por números seguidos de letras A (que possui características de auto afirmação) e NA (que não apresenta características de auto afirmação). O conceito de lugar foi fundamentado em Carlos e Santos. Para o conceito de território utilizou-se Souza e Haesbaert. Os resultados apontam que essa população já conquistou um lugar igualitário. Segundo os alunos, o lugar do negro são todos os lugares. No que diz respeito ao território, eles percebem que existem desavenças, preconceitos, interiorização dessa população. Dessa forma, os confrontos por território são perceptíveis.

Palavras-chave: Lugar; Território; Políticas Afirmativas; Ser Negro.

ABSTRACT

This work aims at understanding the point of view of high school students of Várzea do Poço – BA, concerning the territory and place of the black being in contemporary Brazil. Part of the assumption that ethnic identity is the product of socio-spatial, historical, cognitive, and affective interactions. Initially the bibliographic survey was carried out. The field research was applied at the Felipe Cassiano High School, in Várzea do Poço, Ba, with high school students, through narrative interviews. The interviews were done using a tape recorder, and questions were asked for each interviewee individually and in a isolated place from the others. The recording was allowed and the interviewees' names were not revealed for ethical reasons to guarantee the dignity of the interviewees. They were identified by consecutive numbers of letters A (which has self-affirming characteristics) and NA (which does not present self-affirming characteristics). The concept of place was based on Carlos and Santos. For the concept of territory was used Souza and Haesbaert. The results indicate that this population has already achieved an egalitarian place. According to the students, black's place is everywhere. In terms of territory, they realized that there are disagreements, prejudices, internalization of this population. Thus, the confrontations by territory are perceptible.

Keywords: Place; Territory; Affirmative Policies; Being Black.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Sexo dos entrevistados	28
Gráfico 02 – Auto declaração dos entrevistados	29
Gráfico 03 – Motivo de concordar com as políticas	32
Gráfico 04 – Por que as cotas existem?	34
Gráfico 05 – Ser negro é?	36
Gráfico 06 – O que sente em relação a ser negro hoje no Brasil?	37
Gráfico 07 – Como seus amigos pensam sobre ser negro hoje no Brasil?	38
Gráfico 08 – O que seus familiares pensam sobre isso?	39

LISTA DE ABREVIATURAS

FNB	Frente Negra Brasileira
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. TERRITÓRIO E LUGAR: CONCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES	12
1.1 O LUGAR COMO POSSIBILIDADE PARA COMPREENDER O TERRITÓRIO: MATERIALIDADE DA CULTURA NEGRA.	12
1.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO.	15
2. SER NEGRO: QUESTÃO HISTÓRICA E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO. ..	19
2.1 O SER NEGRO NA HISTÓRIA BRASILEIRA	19
2.2 TERRITORIALIDADE NEGRA E A PAUTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VINDOURAS	21
2.3 A LEGISLAÇÃO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	24
3. LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO, DISPUTAS E CONQUISTAS.	27
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	27
3.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	29
3.3 LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.....	30
3.4 POLITICAS AFIRMATIVAS COMO OPORTUNIDADE DE ASCENSÃO SOCIAL	33
3.5 SER NEGRO HOJE NO BRASIL	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE.....	47

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira foi formada com a presença de vários povos dos mais diversos locais, aqui viviam a princípio os povos nativos. Com a chegada dos invasores europeus, foi instalada formas de exploração da terra essa que necessitou de força de trabalho, assim os recém-chegados exploraramos indígenas e posteriormente, com o tráfico de pessoas, seres humanos escravizados vindos do continente Africano. Para justificar esse tráfico de pessoas, várias teorias foram criadas, entre elas a de superioridade do homem branco, e de que os homens escravizados não possuíam alma, assim não possuindo nenhum direito ao respeito ou qualquer consideração, eram então tratados como animais. Com o fim desse tipo de paradigma, e libertação dos homens que foram então escravizados durante mais de 300 anos, estes não tiveram oportunidade de se integrar na sociedade brasileira, não houve a preocupação de lhes oferecer um lugar onde pudesse se desenvolver, essa população foi assim marginalizada, e ainda sofria com preconceito devido ao antigo conceito que tinham sobre eles, e que ainda perdurava, sendo muitas vezes inferiorizado.

Sendo assim partimos do seguinte questionamento: Qual o lugar e o território do ser negro no Brasil contemporâneo, segundo os alunos do ensino médio de Várzea do Poço – BA? Com o propósito de compreender o ponto de vista dos alunos, sobre o território e lugar do ser negro no Brasil contemporâneo, afim de perceber se este grupo já alcançou um lugar igualitário frente a grupos historicamente favorecidos tendo em vista que até pouco tempo atrás essa população não tinha um território e muito menos um lugar a ocupar nessa sociedade, pois na maioria das vezes era inferiorizada e ocupava os piores espaços na sociedade, sem nenhum direito como ser humano.

O tema faz-se importante para percebermos se o negro já conquistou um lugar e território no Brasil, sabendo o quão importante é essa compreensão num país como o nosso, e tendo em vista que necessitamos averiguar se este grupo já se apropriou de espaços outrora negados a ele.

Sabendo que através dos ditos e não ditos o sujeito expõe de forma como se sente e como percebe o que acontece em sua realidade, mostrando assim o contexto de onde a fala foi construída, assim essa pesquisa teve como objetivos: Caracterizar os conceitos lugar e território, a fim de aproximá-los da temática ser negro; historicizar as lutas e a legislação conquistada pelo grupo étnico na contemporaneidade; identificar o ponto de vista dos alunos sobre lugar, território e as políticas aplicadas à população negra.

Acreditamos inicialmente que o negro ainda hoje luta cotidianamente por um território igualitário, aqui no Brasil o que pode ser diagnosticado pelas políticas afirmativas, já que elas são destinadas a locais em que um grupo está em desvantagem em relação a outro, batalhas essas que estão levando à conquista de um lugar igual de convivência.

Nossa pesquisa segue uma abordagem dialética, pautada no materialismo histórico. Trata-se de uma pesquisa exploratória que articulou o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo, através de entrevistas narrativas com 10 alunos do Colégio Estadual Felipe Cassiano que fica localizado em uma cidade chamada Várzea do Poço – BA, esta, situada no semiárido nordestino, no território da Bacia do Jacuípe, que limita-se com os municípios de Serrolândia, Mairi, Piritiba, Miguel Calmon e Várzea da Roça. O referido Colégio fica situado à Avenida Juscelino Kubitschek no centro da cidade, tendo como referência a proximidade ao Posto de Saúde e o Estádio Paulo Plácido de Oliveira. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio, a clientela da instituição na sua maioria é de baixa renda, grande parte das famílias sobrevive de salário-mínimo, bolsa-família e outros recursos rurais.

O presente trabalho está dividido em três partes. Na primeira teve o intuito de elucidar e aproximar os conceitos de lugar e território, usando autores como Carlos (1996), Santos (1999/ 2006) sobre lugar; Souza (2000) e Haesbaert (2004/ 2011) abordam o conceito de território. No segundo tópico, falamos sobre a história dos negros no Brasil, pelas conquistas alcançadas através de batalhas no campo político através das seções: Negros na história brasileira; territorialidade negra e a pauta de políticas públicas vindouras; a legislação no processo de territorialização. Estes tópicos tiveram a função de referencial teórico, para assim partirmos à discussão da

última parte que apresenta os resultados e análises da pesquisa de campo. E, por fim as considerações finais.

1. TERRITÓRIO E LUGAR: CONCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES

Nessa secção discutiremos os conceitos de lugar e território, suas principais definições dentro do estudo geográfico, fazendo assim uma reflexão que norteará nosso trabalho, tendo como referências autores que desenvolveram suas abordagens na geografia crítica.

1.1 O LUGAR COMO POSSIBILIDADE PARA COMPREENDER O TERRITÓRIO: MATERIALIDADE DA CULTURA NEGRA.

O conceito de lugar será abordado nessa secção, onde discutiremos as concepções de David Harvey, Milton Santos e Carlos, ambos da geografia crítica, buscando uma aproximação com o tema, também lembraremos que esse conceito foi desenvolvido *a priori* na corrente humanista com seus respectivos autores.

Segundo Leite (1998) encontramos o desenvolvimento do conceito de lugar na geografia, ligado à geografia humanística e crítica, também chamada radical, esse conceito é o menos desenvolvido dentro do pensamento geográfico, mas nessas duas vertentes este apresenta destaque.

Lugar outrora fora usado na geografia apenas no sentido locacional, por isso não tinha grande destaque nas discussões. No início da década de 1970 com a consolidação da Geografia Humanística esse conceito passa a ser utilizado de forma subjetiva, significando espaço vivido, permeado por afetividade, os maiores expoentes dessa época são Edward Relph, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer, estes que desenvolvem sua abordagem no campo da fenomenologia. (LEITE, 1988). Na geografia crítica lugar é visto enfatizando sua singularidade, segundo Carlos *apud* Leite, o lugar articula a mundialidade e o local, dando a este sua face concreta e temporal. É único, porém interligado globalmente exercendo a função para a qual fora designado, nessa abordagem o lugar é bastante relacionado à questão materialista, pelo seu valor de uso, alguns dos maiores expoentes do lugar nessa perspectiva de análise são autores como Harvey (1996), Santos (1994; 2004) e Carlos (1996, 2001) estes abordam o lugar a partir do materialismo histórico corrente

que norteará este trabalho, por entendermos o lugar partindo do uso e atribuições de significados dados a ele.

Segundo David Harvey *apud* Ferreira (2002), lugar é uma construção social devendo ter sua compreensão baseada na relação entre espaço-tempo e ambiente. Sendo assim esses se encontram em variados graus de desenvolvimento, se diferenciando por estas características, vindo dessa forma surge competição entre lugares onde alguns saem como perdedores enquanto outros vencedores.

O lugar seria então definido como um conjunto de artefatos ecológicos materiais e rede de relações sociais, como foco de desejos e crenças, de atividades discursivas ligadas a significados simbólicos e como produto do poder político e econômico institucionalizado. (FERREIRA, 2002, p.65).

Sendo assim, lugar segundo este autor está relacionado tanto com processo social, quanto com a relação espaço tempo, na medida que o concebemos por suas redes de relação, estas de conquista e acumulação que se dão através do tempo para a construção dos mesmos no espaço, lugar, portanto adquire uma característica material e simbólica.

Em Santos (2006), lugar está estritamente ligado à técnica, a divisão do trabalho e de produção, lugares se diferenciam pelo quanto podem produzir, e há inclusive conflitos entre os diversos lugares em busca de uma visibilidade maior, assim o lugar ganha força através de seu valor.

Se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o fez porque os lugares conhecidos em sua realidade material e política, distingue-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas produtividade maior ou menor (SANTOS, 2006).

Segundo o mesmo, lugar é manifestação do global, a existência do mundo se dá através do lugar, este que é base da vida compartilhada pelas pessoas, é nele que as coisas acontecem onde há as relações conflituosas e de cooperação. Lugar passa a ser o *locus* onde a vida acontece em todas as suas dimensões.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis através das ações comunicativas, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

Apesar dos autores da corrente crítica direcionarem suas análises e conceituação sobre lugar, relacionando-os à esfera da globalização, fragmentação do espaço, buscamos na percepção material, de produção e conflito a abordagem de lugar que norteará este trabalho, sabendo que a análise desse lugar parte do final do século XIX com a libertação dos escravos e a negação de uma condição básica de sobrevivência, até aos dias atuais percebendo se esse quadro mudou, assim enfatizaremos a seguir a concepção de lugar baseada nos estudos de Carlos (2007) por perceber lugar na dimensão material do discurso, ora lugar como fonte de possibilidade de desenvolvimento, lugar com técnicas e possibilidade de crescimento do indivíduo na sociedade, no caso os negros desde sua época de libertação enfatizando o momento atual.

O lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano de vivido, o que garante a construção de uma rede de significado de sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. (CARLOS, 2007, p. 67)

Percebemos que Carlos concebe lugar como produção humana, local apropriado e construído pelos homens através de seu convívio entre eles e com o meio, lugar tem assim um significado bem estrito com o assunto abordado, porque no período da escravidão o negro se relacionava dentro do sistema de produção de forma involuntária a princípio, mas com o tempo ele era ator decisivo dentro do sistema produtivo, apesar da condição imposta de escravo que não possuía direito nenhum. Na posterior mudança do sistema, de escravista para servil, ele passa de produtor a mão de obra “desqualificada” e acaba sendo, em sua grande parte substituída por mão de obra branca europeia, nesse momento ele não tem um lugar a ocupar e acaba trabalhando de forma a sobreviver, mas sem direito nenhum a saúde, educação, moradia, este assim passa a não ter um lugar onde produzir e se desenvolver economicamente.

“O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida”. (CARLOS. 2007 p.15) Lugar é o espaço do

vivido, e segundo a autora as relações sociais constroem uma rede de sentidos tecida pela história, cultura que produz identidade, tendo no local de reconhecimento sujeitos com essas características comuns.

Sabendo que segundo Carlos (2007), o que diferencia os lugares, levando em consideração sua competitividade, é a capacidade de concentrar infraestrutura necessária para o desenvolvimento, percebemos que o recém-liberto fica em uma condição de vulnerabilidade, pois além de ter condições para a produção, o lugar que concentra mais capitais, onde está a elite que administra é a detentora do poder, assim acaba por desencadear lugares vencedores e lugares perdedores, por não possuir técnica básica à produção e muito menos à competitividade

Assim observamos na geografia crítica, e no lugar um importante conceito para se trabalhar a questão do ser negro na contemporaneidade, por perceber que a construção do lugar se dá de forma subjetiva e através do tempo, lugar este sendo conquistado, alcançado por esse grupo na nossa concepção, e que necessita ser apropriado, lugar esse de valorização, de direitos igualitários assim como de forma de ascensão social, observamos que estes lugares conquistados geram conflitos, nessa concepção abordaremos um outro conceito geográfico pertinente nessa discussão.

1.2 BREVES REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO.

O território é um conceito compreendido a partir da interação humana, desde que o homem estabeleceu uma relação social e de poder já nascera o território, relação esta, que muitas vezes estava estabelecida entre os homens e entre homem e espaço. A seguir iremos discutir o que é este conceito, as concepções que se encaixam na análise geográfica, as dimensões, a questão da periodicidade do território assim como enfatizar a dimensão cultural. (COELHO, 2013)

Conforme Raffestin (1993) o território é um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. Delimitação que de acordo com Raffestin, é manifestar um poder/controlar em uma área. Este segundo Haesbaert (2005) está diretamente ligado à dominação e apropriação sociedade/meio partindo desde a dominação concreta à simbólica através de suas diversas vertentes.

Segundo Haesbaert (2011) o território é uma concepção utilizada por várias ciências, que exploram aspectos do mesmo. Assim este é utilizado desde seu aspecto material até o simbólico. “O território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças medidas por esta materialidade”. (Haesbaert e Limonad, 2007, p 42). Portanto, a trajetória da delimitação, da circunscrição material e do poder estabelecido são instâncias ou momentos da construção territorial que tentam operar no sentido de sua configuração.

Haesbaert (2011) esclarece que ultrapassando a dimensão material de território, podemos perceber este como parcela da identidade de um grupo como fonte de relação afetiva com o espaço, é assim princípio cultural que faz um grupo se identificar com o meio. O território surge tanto num sentido mais concreto quanto num mais simbólico de apropriação, (2005) no segundo moldado, mas também fator de mudança das identidades territoriais.

Souza (2000) destaca a autonomia como elemento importante no diálogo territorial, autonomia percebida como capacidade de autogestão de um grupo por ele mesmo, a fim de defender um modo de vida defender um território, esta autonomia garante aos sujeitos a categoria de cidadãos, pois estes buscam juntos qualidade de vida melhor, esse controle é decisivo para que a coletividade tenha uma melhor qualidade de vida, observamos esta nas minorias quando reunidos em grupos, levam suas vozes a serem ouvidas, vemos isso nas associações de moradores, grupos LGBT minorias étnicas etc. Enquanto grupo étnico historicamente desfavorecidos os negros, através do Movimento Negro Unificado (MNU) buscou muitos dos direitos hoje em pauta na câmara, assim como muitos dos que foram adquiridos.

Os territórios são construídos e desconstruídos de forma periódica e também permanente, Souza (2000) afirma que constantemente os territórios podem passar por este processo, assim percebemos um espaço que de acordo com o período do dia, serve como território para grupos diversos.

O território de acordo com Haesbaert e Limonad (2007) é fruto da junção da dimensão material relacionada à esfera político-econômica e também a uma imaterial relacionada à cultura e dos valores divididos em um grupo. Possui dimensão subjetiva e outra mais objetiva. Assim percebemos o território como partilhado e apropriado por grupos e também dominado por órgãos políticos a

exemplo do estado, sabendo que segundo Haesbaert não existe espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais.

Com esses dois aspectos evidenciando sobre as características do território, vemos que o mesmo segue então vertentes de acordo a sua função e/ou característica podendo ser: Político, quando esse é espaço dominado e controlado por alguma instituição que exerce o poder, a exemplo do Estado; Cultural visão que iremos seguir, propõe o território como produto de apropriação/ valorização de um grupo em relação ao espaço vivido; na dimensão econômica o território é tido como fonte de recursos colocado no conflito classes sociais e na relação capital trabalho. (HESBAERT, 2011 p.40).

A concepção culturalista enfatiza que através do imaginário ou da identidade social que um espaço pode ser apropriado, nessa abordagem há a valorização da constituição social do território, que não necessita de base material para sua existência. (HAESBAERT, 2007; HAESBAERT E LIMONAD, 2007) Observando dessa forma território ultrapassa a característica de área, estando mais atrelada a existência de geossímbolos, representações que lhes conferem um caráter que ultrapassa a dimensão material da análise geográfica.

O movimento de apropriação, que acontece de forma processual e relacional, conhecido como territorialidade, está centrada sobre a base material e imaterial do espaço, ou seja, se reúne sobre sua dimensão funcional e simbólica. (COELHO, 2013) Territorialidade é componente do poder “não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Sack apud Haesbaert, 2004,p.2).

Territórios nem sempre têm limites fixos, como fronteiras, mas é formado pela existência de diversas territorialidades (sentimento de pertencimento ao território, o que faz com que ele exista na dimensão simbólica) que ocupam um mesmo espaço, pois como essas não necessitam do substrato material, podem se manifestar em qualquer lugar e época desde que haja um grupo para sua manifestação.

Segundo Bonnemaïson (2002) o povo organiza-se hierarquicamente, cria suas funções sociais, suas concepções de mundo através da territorialidade, sendo assim é ela que confere determinado aspecto ao território, sendo que nele

encontramos constantes conflitos, pois onde há interação interpessoal, há conflito por posse do poder ou do próprio território.

Conforme o que fora apresentado, podemos perceber que o território é base para as mais diversas formas de interação grupais, nele encontramos diversas territorialidades e que sua natureza parte desde o elemento mais material até o imaterial, podendo este acontecer na dimensão simbólica.

2. SER NEGRO: QUESTÃO HISTÓRICA E DISPUTAS NO CAMPO POLÍTICO.

Faremos a seguir, algumas reflexões sobre a história do negro no Brasil, como esse grupo entra em nosso país, e posteriormente falaremos da forma como eles foram desvalorizados enquanto ser humano escravizado, no segundo e terceiro tópico abordaremos as conquistas alcançadas por esse grupo através das políticas públicas.

2.1 O SER NEGRO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

É sabido que fomos colonizados¹ por Portugal, e a primeira forma de trabalho presente em nosso país fora o sistema escravista, esse que se estendeu durante alguns séculos até final do século XIX, esse período foi um dos mais injustos em nossa história, pela forma de organização do trabalho e por em seu término não oferecer condição aos recém-libertos de ascender social e economicamente.

Segundo Prado (2006) não se sabe exatamente quando se deu o primeiro grupo de negros escravizados para a América portuguesa sabe-se, entretanto, que esta já ocorrera em meados do século XVI. Suas principais causas ainda segundo Prado fora a falta de excedente populacional português para a ocupação e exploração da nova terra “descoberta” e também por o número de grupos étnicos indígenas, concentrados ser insuficiente ao trabalho, pelo aumento cada vez maior da exploração e reação dos indígenas, que se recusavam a se sujeitar ao trabalho escravo, também pela etapa pré-agrária em que os nativos se encontravam, sendo difícil a adaptação ao regime agroexportador.

Ao serem transportados para um território colonial na América os africanos tinham sua origem negada, suas crenças, seus laços familiares e afetivos. Eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho com alimentação, vestuário e moradia precários, sendo que moravam em senzalas sem a mínima condição de salubridade. Além de tudo isso, eram submetidos à violência, punidos das mais cruéis formas, castigos morais e físicos eram abundantes. Observamos dessa forma que o sistema

¹ Atualmente há uma crítica a este conceito, pois este significa na Europa, o povoamento de áreas vazias, sabemos que essas terras eram habitadas por diversos grupos étnicos, por isso o termo correto a se utilizar seria ocupados/explorados.

de controle era baseado na violência por parte dos colonizadores para que dessa forma eles pudessem instaurar o poder, através da dominação eles já estavam no controle do território.

Segundo Proença (2007) existem quatro concepções a respeito da escravidão no Brasil, segundo a perspectiva clássica as relações eram harmoniosas e os cativos brandos o principal pensador da época fora Freire, responsável pela teoria da democracia racial brasileira, conforme a revisionista que veio criticar a anterior, as relações tem dois enfoques, um em que surge a teoria da “coisificação do escravo” este visto como submisso e impossibilitado de pensar e um segundo mais progressista em que o escravo aparece como rebelde, herói que luta contra o regime em que está inserido. Perspectivas históricas recentes colocam o negro como agente de transformação social e agenciadores de sua libertação, buscando dentro do próprio sistema escravista sua liberdade, evoluindo dessa perspectiva já notamos elos mais fortes em que a liberdade é negociada e as formas de trabalho, com redes de sociabilidade entre libertos e cativos.

O fim do tráfico (de forma legal) ocorrera em 1850 (lei Euzébio de Queiroz) não por forças internas, mas por pressão da Inglaterra, em 1871 a lei do Ventre Livre define importante passo para o fim da escravidão mostrando assim, que esta vai se enfraquecendo ao final do século XIX. A lei Áurea em 1888, data historicamente marcada como fim da escravidão, é uma etapa definitiva que marca o final do regime escravocrata em nosso país, embora esta não trouxesse a igualdade para o liberto, acredita-se que o fim da escravidão veio principalmente porque este seria injustificável, o Brasil era o último país da América a manter o sistema escravista, havia fortes pressões da Inglaterra para o seu fim e forças internas como quilombos e revoltas já contribuía com o possível fim da escravidão.

Infelizmente o fim da escravidão não significou a inserção do negro na sociedade, Proença (2007) mostra diversas concepções sobre esse momento histórico brasileiro, segundo a autora, em uma modalidade radical autores como Prado, Florestan Fernandes e Martins, desenvolvem seus estudos com base na sustentação da afirmativa que prega a substituição de escravo pelo imigrante europeu, ou por a inserção destes em áreas menos dinâmicas da economia da época, na perspectiva de Reid Andrews (S/N) a maior inserção dos imigrantes estaria na menor exigência destes em relação ao senhor feudal, estando portando na preferência, até por incentivos governamentais para a imigração. A autora

ênfatiza ainda a concepção de Hebe Castro (S/N), segundo a qual o encontro e recrutamento dos libertos era mais difícil de acontecer que a contratação dos imigrantes, ainda encontramos uma concepção de Furtado (*apud* THEODORO, 2008) onde os escravos, pelo sistema em que estavam inseridos, eram inaptos para o trabalho laboral e assalariado. Fato marcante também enfatizado por Theodoro fora a Lei de terras de 1850, (Lei nº 601/1850) na qual as terras só poderiam ser adquiridas por compra ou herança, essa lei impediu que libertos pudessem ter acesso a terra e assim a oportunidade de produzir e ascender socialmente.

“Abolida a escravidão, não restou no debate político nacional o tema da inclusão dos ex-escravos e seus descendentes no tecido social ou político da nação”. (THEODORO. 2008 p.39). Percebemos dessa forma que muito do que hoje se reproduz na sociedade é fruto de laços que estão marcados na história brasileira, quando os libertos sem oportunidades de acesso à terra ou bens, tiveram que se submeter aos trabalhos de toda espécie em busca da sobrevivência. Concebemos o lugar como produto das relações humanas, onde o homem vive e produz, dessa forma ao negro foi imposto o lugar de desfavorecido, onde este iria apenas sobreviver sem a menor chance de inclusão social, aboliram assim a escravidão, mas não sua condição de ser humano “inferior”.

Com base no que fora apresentado, percebemos que parte do que é observado hoje tem base histórica, os braços que representaram o motor que impulsionou o Brasil colônia, pós-abolição não tiveram no merecido reconhecimento e oportunidade de desenvolvimento integrado com o país, ficando assim ainda hoje sujeitos as mais precárias condições de vida, sem acesso a bens de consumo e produção igualitários à população descendente de imigrantes.

2.2 TERRITORIALIDADE NEGRA E A PAUTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VINDOURAS

De forma mais ampla pode-se considerar que sempre houve movimento negro no Brasil, desde que reunidos em quilombos ou de outra forma negros lutaram por melhores condições de vida ou por liberdade, (PEREIRA, 2010).

“Entende-se por movimento negro contemporâneo o conjunto e a pluralidade dos movimentos sociais antirracistas que têm surgido e se organizado no Brasil

desde o final dos anos 1970” (TRAPP E SILVA, 2010, p. 90). Segundo Albuquerque e Wlamyra (2006) O movimento negro unificado contra a discriminação, primeiro nome em que foi batizado o movimento, surgiu em 7 de julho de 1978, contestava principalmente o mito da democracia racial, buscava eliminar a desigualdade racial através da eliminação da discriminação. Vemos dessa forma que as minorias quando reunidas têm força de conquistar o território, por este estar relacionado à conquista de espaços por grupos, estes que desde sempre lutaram por melhores condições nesse espaço.

Petrônio Domingues (2007) divide o movimento negro em 4 fases: Na primeira fase (1889-1937), o movimento se caracteriza pela criação de clubes, grêmios, associação e era de cunho assistencialista e recreativo. Com a criação da *Imprensa negra* havia a denuncia das infrações cometidas. Em 1930 houve a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), essa apesar de denunciar o racismo e preconceito não superaram o discurso da democracia racial, (TRAPP, 2013), discurso este desenvolvido por Gilberto Freire e que pregava a harmonia racial no Brasil e que a causa da situação do negro estava no seu passado escravista, (PEREIRA, 2010).

A segunda fase (1945-1964) se estende da segunda república à ditadura militar, fora caracterizada por forte repressão política. Nessa época houve o ressurgimento do movimento negro organizado, nesse movimento o objetivo era a elevação do nível econômico e intelectual da população, para futuramente alcançarem cargos importantes na administração do Brasil, (DOMINGUES, 2007). A FNB assim como diversos outros movimentos foram extintos em 1964, embora outros movimentos surgiram nessa época de caráter antirracista (TRAPP 2013).

Na terceira fase (1978 - 2000) também conhecida como contemporânea (TRAPPO; SILVA, 2010) o movimento com influência externa adquire um discurso principalmente antirracista e anticapitalista.

Na quarta fase que se estendeu de 2000 até os dias atuais segundo Domingos (2007) o movimento negro foi marcado pelo surgimento do movimento *hip-hop*, que procura fortalecer a autoestima do negro e fazer denúncias de cunho social e racial. Esse movimento defende o direito dos negros e de outras categorias marginalizadas, embora não tenha um programa político.

Além do movimento de cunho urbano há também o rural, representado pelos quilombolas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que

atualmente tem alcançado grandes vitórias como a lei de reconhecimento das terras quilombolas e órgãos como igrejas e sindicatos que começam a mudar suas perspectivas quanto à temática racial (ALBUQUERQUE E WLAMYRA, 2006).

Percebemos dessa forma que aos poucos se conquista um espaço de reconhecimento para a população negra, além de lugar para produzir, para viver de forma igualitária, essas lutas vão firmando um território de pertencimento e reconhecimento, da população negra, com sua identidade respeitada.

Segundo Trapp e Silva (2010) as principais referências do MNU estão nos movimentos dos Estados Unidos e da África de caráter nacionalista. Importantes vitórias desse movimento foram debates travados na aprovação da constituição federal ocorrida no centenário da abolição.

A partir dos anos 1990 ocorreram maior diálogo com o governo de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, pela primeira vez na história do país, um presidente assumiu publicamente as iniquidades sofridas pela população de origem afro, e o racismo ainda existente no país.

Todo o imenso debate observado no Brasil da década de 2000 sobre racismo, antirracismo, desigualdades raciais, discriminação, ações afirmativas (mais conhecidas sob a alcunha reducionista de “cotas”), multiculturalismo, tolerância, identidade étnica, racialização, entre outros temas, tem relação e/ou *passa* de alguma forma, por Durban. (Trapp, 2013, p.73)

O autor enfatiza que a conferência de Durban assim como as demais foram muito importantes para o MNU, pois promoveram a integração entre governo e movimento para o debate, e além disso as organizações brasileiras mantinham diálogo com organismos latino-americanos durante toda a preparação, o que promoveu maior politização

Portanto, observa-se que o movimento negro vem se fortalecendo e promovendo a garantia do cumprimento das leis, estabelecendo assim maior igualdade para a população que ainda hoje é em grande parte marginalizada, e essa população vai alcançando seu lugar de produção e reprodução de sua cultura.

2.3 A LEGISLAÇÃO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Resultando de ação direta ou indireta do movimento negro, e também por outras influências, leis foram e estão sendo criadas para garantir a igualdade garantida na constituição, promovendo para a população marginalizada, melhores condições de vida e inclusão social.

A seguir discutiremos algumas leis importantes e como elas começam a modificar o quadro em que o Brasil está inserido:

Segundo o site Palmares as principais leis criadas foram: *Lei do ventre livre* (1871), que tornava livres os filhos das escravas que nascessem a partir da data da lei, as crianças ficariam no poder dos senhores ou seriam entregues ao governo até os 21 anos; *Lei dos sexagenários* (1885) libertava escravos com mais de 60 anos; Lei Afonso Arinos (1951) sob número 1.390 foi a primeira lei a condenar a prática da discriminação racial, incluía como contravenção penal, proibia a discriminação em estabelecimentos comerciais e por funcionários públicos; *Lei Caó* (7.437 / 85) condena a discriminação não só como contravenção, mas como crime com multa e pena de até 5 anos. *A Constituição Federal* (1988) em seu art. 5º inciso XLII condena o racismo como crime inafiançável e imprescritível, sendo sujeito a reclusão e multa, garante em seu texto que todos são iguais perante a lei independente de qualquer natureza. *Lei 12.228 de 2010* - Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, garante igualdade, defesa dos direitos e combate a discriminação e outras formas de intolerância étnica.

Além de leis, medidas também foram tomadas no campo educacional para garantir a minimização das desigualdades ainda existentes no país, são conhecidas aqui como ações afirmativas (as mais discutidas são as cotas e a lei 10.639/03) e foram primeiramente desenvolvidas nos Estados Unidos na década de 60, para minimizar os danos que a população negra e as mulheres sofriam naquele país, ela foi amplamente estudada discutida na conferência de Durban – África em 2001, após este episódio ela passou a fazer parte da agenda política brasileira, país que participou ativamente da referida conferência

Segundo Moehlecke (2002) o objetivo das ações afirmativas é “eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e

marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros”. (SANTOS *apud* MOEHLECKE 2002)

Essas políticas são importantes, pois através delas, estas minorias marginalizadas podem ter acesso a mecanismos de ascensão social, conseguindo alcançar um posto bem melhor do que geralmente alcançaria.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de Políticas Públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção *ex post facto*, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido - o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2003 *apud* LOBO, 2009, p.69)

As cotas raciais e sociais é uma ação afirmativa que reserva 50% de vagas nas universidades públicas, para que grupos marginalizados, em uma determinada realidade, possam ter acesso ao ensino superior público, elas foram instituídas pela percepção da não inserção dessa parcela da sociedade na universidade e necessidade dessa política para promoção da igualdade garantida na Constituição Federal. Segundo Lobo (2009) as cotas (uma das políticas de ações afirmativas) são divididas em rígidas, considerando apenas um fator de exclusão, e flexíveis que utiliza-se de vários critérios como a questão racial e social como observamos no Programa Universidade para Todos (PROUNI). Há várias críticas às cotas, dentre as quais a desigualdade que estas ações iriam provocar, sendo os brancos colocados em condição de desvantagem, o acirramento de disputas raciais nas universidades, e outra que o nível das universidades cairiam, percebemos que todas elas não têm fundamento, pois respectivamente, a desigualdade positiva é de extrema importância devido ao nosso histórico de desvantagem em relação ao negro, se

estas políticas forem colocadas com devido estudo prévio as disputas não acontecerão, e ainda o nível nas universidades que aderiram as cotas não caíram, observamos dessa forma que as críticas são infundadas.

Conforme Lobo, ponto importante a comentar sobre as cotas, é que estas são sempre em caráter temporário, são mantidas até que se supere as desigualdades que estas ações combatem, após este período não havendo mais razões de desigualdade, as cotas são extintas.

A lei 10.339/03, ação afirmativa, promove o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira na educação básica dos estabelecimentos públicos e privados, promove o conhecimento da influência e importância da cultura afro, fazendo assim uma releitura da realidade, essa é uma importante vitória do movimento negro, pois desde sempre apenas o conhecimento europeu é aprendido nas escolas, a lei promove assim um maior reconhecimento da história de luta e batalhas travadas pelo homem negro, tanto pela liberdade quanto pelo reconhecimento de sua contribuição para formação do Brasil.

Observamos assim, com as políticas públicas de cotas, que a partir das disputas travadas no território ao longo da história do Brasil e ainda hoje, a população afrodescendente vem conquistando seu lugar com reconhecimento de sua cultura recentemente com a lei 10.639, chances igualitárias de adentrar o mercado de trabalho, oportunidades semelhantes para adentrar a universidade e assim ascender socialmente, sabemos que a herança do período anterior ainda permanece, mas através dessas lutas, disputas dentro do território hoje, a população negra tem muitos de seus direitos respeitados pelo menos no cunho político, embora ainda percebamos resquícios de um passado desigual. Assim estas políticas visam garantir ao sujeito o pleno exercício de seus direitos, ao serem colocados em uma condição "igual", por anteriormente não conseguirem alcançar por questões históricas e ou ideológicas.

3. LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO, DISPUTAS E CONQUISTAS.

O presente capítulo trata da descrição dos dados e discussão dos resultados, coletados a partir da pesquisa de campo, apresentaremos as análises das informações obtidas com as entrevistas narrativas realizadas com os alunos, sobre o lugar e território do ser negro na contemporaneidade, estabelecendo a interlocução com o aporte teórico desvelado.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa é voltada para a investigação do lugar e território atribuído ao ser negro na contemporaneidade, assim buscou-se a princípio elucidar as concepções e aproximações dos conceitos de lugar e território na geografia, em seguida investigar a história de luta e conquistas do ser negro no Brasil. Tendo em vista que este trabalho é importante na medida que busca perceber se já superamos muitos dos atrasos causados por uma história permeada por injustiças sócio espaciais.

Para tanto, utilizamos o método de abordagem dialético na perspectiva do materialismo histórico e dialético, esse desenvolvido por Karl Marx, e que segundo Pires (1997) se caracteriza pelo pensar através da materialidade histórica, através das vidas dos homens em sociedade, de sua história que se descobre a verdade dentro da análise da realidade. Com base em Zago (2013) percebemos que Marx e Engels buscavam combater a perspectiva idealista, na medida que através da materialidade, do real que se tem uma análise mais precisa das coisas.

Ela [a história] não tem necessidade, como na concepção idealista de história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na 'autoconsciência' ou sua transformação em 'fantasma', 'espectro', 'visões' etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas... (MARX E ENGELS, 2007 *apud* ZAGO 2013)

Quanto aos objetivos nossa pesquisa pode ser classificada em exploratória visto que esse tema é pouco discutido tendo como base os conceitos de lugar e

território e o intuito maior foi de compreender o fenômeno. Por isso, coletamos os dados com o estudo de caso, onde buscou-se o aprofundamento dos aspectos característicos do objeto de investigação, isto é, o lugar e o território do ser negro na contemporaneidade na perspectiva dos alunos do ensino médio.

A metodologia utilizada para coleta de dados partiu da realização de pesquisa de campo, com o instrumento da entrevista narrativas, com vista a coletar informações para a análise dos ditos e não ditos. Na entrevista buscou-se investigar a visão dos sujeitos sobre o tema estudado, uma linguagem clara e informal com o intuito de facilitar a compreensão das questões e os alunos pudessem respondê-las espontaneamente, por estes não estarem adaptados a alguns conceitos empregados nessa pesquisa.

Os sujeitos selecionados foram os estudantes do ensino médio de Várzea do Poço, esse que acontece exclusivamente no colégio pesquisado, as entrevistas foram realizadas no dia 15 de abril entre as 7:59 e às 21:08, os estudantes têm entre 15 a 23 anos sendo que 4 se consideram pretos, 4 pardos e 2 brancos, assim foram entrevistados 10 alunos de um total de 273 alunos, os mesmos tiveram suas identidades preservadas na pesquisa sendo identificados apenas por números e etnias que eles afirmaram na entrevista.

Buscaremos através da análise do discurso investigar seu ponto de vista sobre o tema abordado. Segundo Caregnato e Mutti (2006), a análise do discurso trabalha com o sentido do que se é dito e do não dito, sendo uma área ligada a linguística, materialismo histórico e psicanálise, na medida que um discurso tem uma noção da fala, tem uma ideologia construída socialmente e muitas vezes é expressa de forma inconsciente. Essa acredita que o sujeito expressa suas ideias baseadas no que vivencia, traduzindo assim verdades sobre o seu contexto, o que observamos na pesquisa apresentada, pois “na análise do discurso a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são os da memória do dizer”. (CAREGNATO E MUTTI, 2006, p 681) e os resultados e análise das entrevistas foram apresentados no tópico seguinte.

3. 2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os alunos entrevistados tinham entre 15 e 23 anos, sendo que a média de idade deles era de 17,6 anos, todos estudantes do Colégio Estadual Felipe Cassiano, único colégio com ensino médio do município. Sendo que 6 (60%) eram do sexo feminino enquanto 4 (40%) era do sexo masculino. Fizemos entrevista com 10 de um total de 273 alunos matriculados no colégio, o equivalente a aproximadamente 3,66%, dos entrevistados 40% se considerava pretos, 40% pardos e 20% brancos.

Os entrevistados são jovens e adolescentes que vivem no semiárido nordestino, local caracterizado por falta de recursos econômicos, em sua maioria de baixo poder aquisitivo, eles estudam desde o maternal em escola pública, são oriundos de grupos que até pouco tempo atrás eram desassistidos das políticas públicas, vivenciam uma realidade de preconceito, muito embora acostumados com isso acabam não notando essa situação em seu cotidiano. São os principais beneficiários das políticas de inclusão social, como cotas, políticas de transferência de renda, leis antidiscriminatórias entre outras.

Gráfico 1: Sexo dos entrevistados

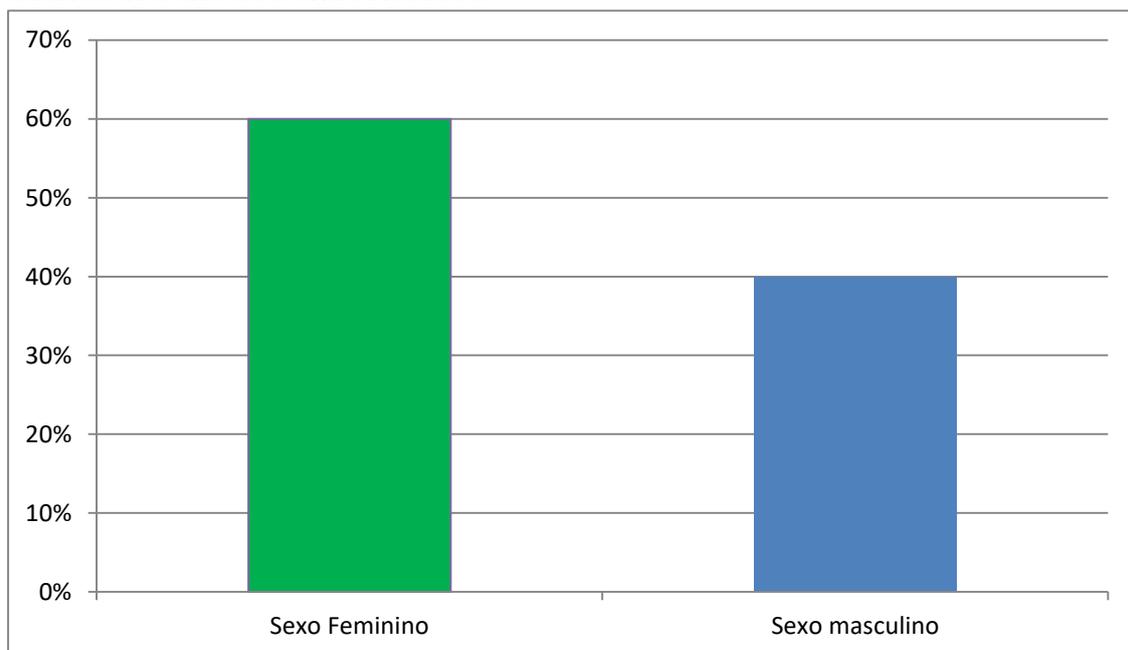
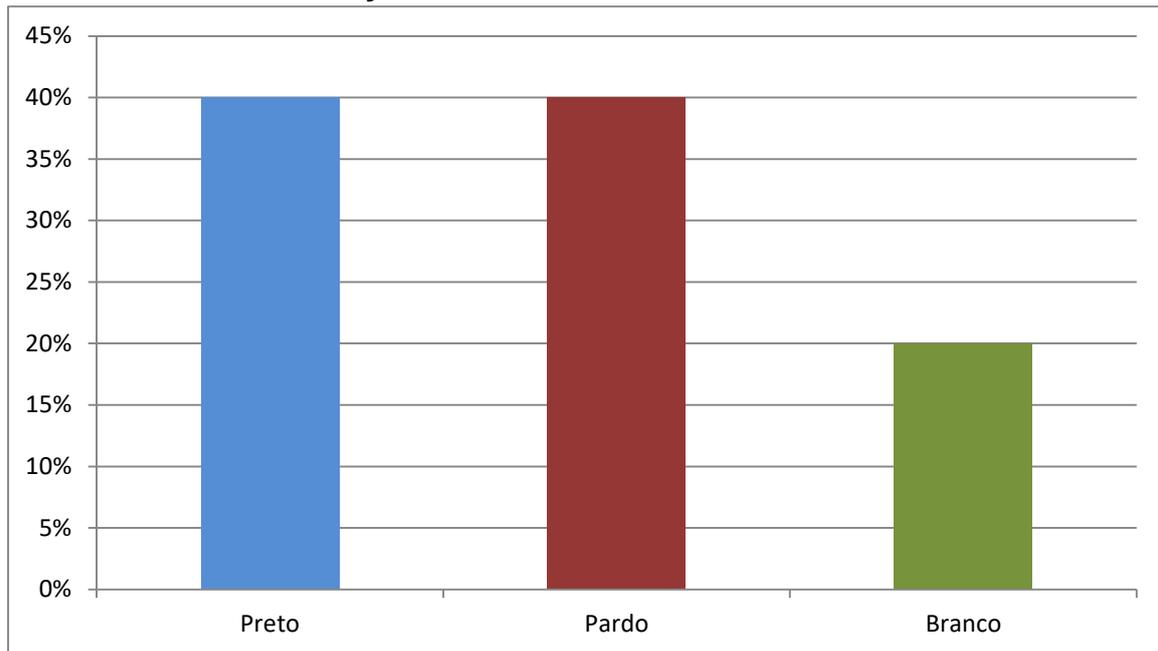


Gráfico 2: Auto declaração dos entrevistados

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

3.3 LUGAR E TERRITÓRIO DO SER NEGRO SEGUNDO OS ENTREVISTADOS

A princípio os alunos foram questionados sobre qual seria o lugar do negro, todos os entrevistados afirmaram que o negro tem lugar igual aos demais. O entrevistado 02 (NA)² afirmou que o lugar do negro é onde ele quiser; o 05 (A) atribuiu essa igualdade relacionada ao direito, afirmando que todos têm direitos iguais; o 08 (A) atribuiu a capacidade igualitária que todos têm, algumas opiniões complementares são as do 09 (NA) que questiona o preconceito e do 10 (A) que embasa sua explicação na questão histórica.

... eu acredito que raça, num, não defina é, não vou nem dizer que raça defina caráter, porque vão dizer, ah, porque você é negra você seja pior que outra pessoa, não, gente é somente uma cor! Eu acredito, então, por mais que nossos antepassados tenham sofrido, pela escravidão e por outras coisas nós temos os mesmos direitos os mesmos deveres que qualquer outro cidadão, de cor diferente. (Aluno 10 (A), entrevistado em 15/04/2016)

Os sujeitos entrevistados acreditam que o negro já alcançou um lugar na sociedade, embora dois dos entrevistados lembraram que nem sempre o negro teve esse lugar aceito por todos, e um dos mesmos falou da questão do preconceito. De certa forma essas respostas nos fazem refletir sobre nosso ponto de vista, pois ao

² Os entrevistados foram identificados por números seguidos de letras, A (quando possuem características de autoafirmação) e NA (que não possuem características de autoafirmação).

longo das discussões afirmamos que o negro apesar de um lugar melhor em relação a anteriormente, ainda hoje luta por melhores condições de produzir, crescer na sociedade. Nós entendemos o lugar na perspectiva de Carlos (1996) como locos de produção e reprodução da vida com base nas relações sociais, como um construto pelo qual o ser humano vive em um local. As respostas mostram que apesar de já ter lugar reconhecido, ter oportunidade de alcançar esses lugares, ainda hoje os negros sofrem com preconceito, os alunos revelam o quanto o passado escravocrata contribuiu com a realidade vista hoje, mas que apesar disso as leis, os avanços da sociedade conferiram um lugar ao negro, *“Onde o negro quiser. Porque todo mundo tem que ter direito igual independente da cor”* (Aluno 2 (NA), entrevistado em 15/04/2016)

Na questão, se todos pensam da mesma forma em relação ao lugar do negro na sociedade, todos os entrevistados afirmaram que não, e a maioria atribuiu ao preconceito racial o motivo disso ocorrer. O aluno 09 (NA) lembrou de casos de racismo no futebol, quando muitos jogadores são comparados a macacos por torcida rival; o aluno 01 (A) relatou a dificuldade encontradas pelos negros quando se encontram em situação de vulnerabilidade social. *“Não, muita gente pensa diferente, por exemplo, tem muita gente branca que tem poder que quando ver um negro despreza só por ser mais escuro, ser diferente dele, ter, vamos dizer assim, ter menos dinheiro, porque é, por causa da cor da pele”*. O aluno 03 (NA) fez referência ao tempo da escravidão afirmando *“muitos tem preconceito ainda, querem botar (sic) o negros (sic) como escravos”* (ALUNO 03 NA, entrevistado em 15/04/2016), nenhuma ideia foi divergente nesse questionamento. Com esses posicionamentos e sabendo que segundo os autores, território é espaço delimitado por e a partir de relações de poder. Os entrevistados mostram nesse segundo momento que o grupo em destaque sofre preconceito, ainda tendo relação ao seu passado histórico.

Com isso nossa hipótese de lutas cotidianas por território acaba sendo confirmada, por o preconceito evidenciar que esse grupo não se encontra em condição totalmente igual aos demais, por passar ainda dificuldades sendo subjugado como inferior por alguns.

Para complementar a discussão sobre lugar e território, nosso entrevistados foram, questionados sobre o que pode acontecer se nem todos pensam dessa forma? Por quê? Alguns responderam que o negro pode ser marginalizado, a maioria relatou que pode ocorrer muitos conflitos, e outros que deve haver a ação judicial, efetivamente criminalizando racismo, e o aluno 08 (A), mostra que esse direito deve partir de sabermos que todos temos a mesma capacidade. *“A gente tem que, parar de racismo e saber que todo mundo tem a capacidade de fazer as coisas do mesmo jeito que os outros. Porque somos iguais. (Aluno 08 A, entrevistado dia 15/04/2016)”*

Sabendo que segundo Rafestin (1993) território é espaço delimitado por e a partir de relações de poder, onde esse poder se materializa por controle sobre uma área, percebemos que oprimindo a população negra, certos grupos se mantiveram por muito tempo no poder, esse que a princípio era dominado por violência física e que ainda hoje acontecem por questões ideológicas, pelo racismo, pela inferiorização desses grupos.

Essas entrevistas mostram que o negro na perspectiva dos alunos, já conquistou lugar no âmbito judicial, pela criminalização do racismo, mas que essa luta por território igualitário ainda é uma constante na vida dos afro-brasileiros. Os alunos percebem os conflitos, e se colocam como defensores de uma sociedade mais justa, acreditando que através de leis mais severas conseguiremos ter uma sociedade mais igual.

Apesar de parecerem contraditórias as respostas da primeira e da segunda questão, percebemos essa diferença por muitos dos brasileiros admitirem que exista preconceito no Brasil, mas esse tema pode ser um tabu no dia-a-dia de quem não sofre ou já pode, ter se acostumado com as diferenças, que de forma invisível perpassam nosso cotidiano. Se o negro sofre preconceito, e este pode gerar marginalização para uma parcela da população e conflitos, como nossos entrevistados deixaram claro, então percebemos que ainda hoje há a desvantagem da população negra em virtude da ocorrência desses fatos, dessa forma o território ainda é algo que está sendo conquistado, apesar que no âmbito da política segundo o artigo 5º da Constituição Brasileira, o racismo já ter sido criminalizado e segundo a mesma todos terem direitos iguais.

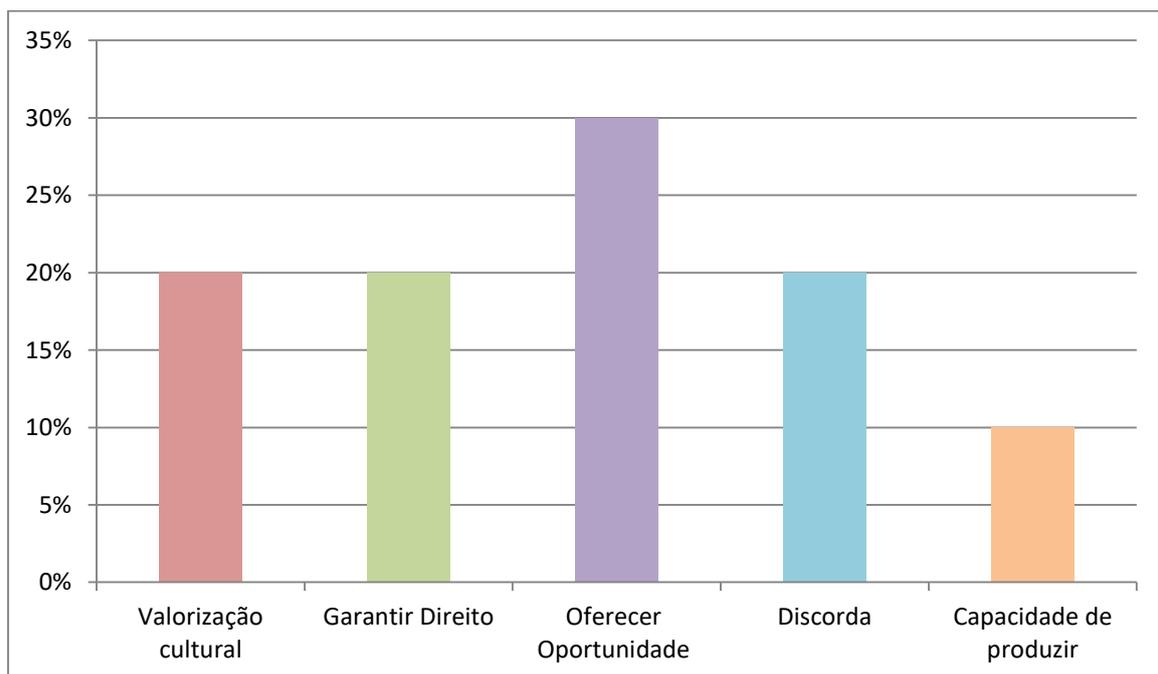
O lugar seria algo já conquistado, pois os alunos mostraram que o lugar dos negros são todos os lugares, mas o território ainda é algo carente de conquista, por ainda existir preconceitos, empecilhos que impedem o ser negro de se desenvolver da mesma forma que os outros, tendo oportunidades, sem qualquer distinção em relação a sua cor de pele.

3.4 POLITICAS AFIRMATIVAS COMO OPORTUNIDADE DE ASCENSÃO SOCIAL

Nesse tópico, discutiremos a visão dos alunos sobre as políticas afirmativas, cotas universitárias e lei de ensino de cultura afro-brasileira, para assim compreender como estas são vistas pelos alunos, e se essa visão irá complementar as discursões sobre território.

As opiniões expostas quando os alunos foram indagados a respeito das políticas afirmativas, não seguem uma linha de abordagem apenas, mas várias. Todos os alunos estranharam o conceito de políticas afirmativas, mas assim que o conceito foi explicado, os alunos reconheceram do que se tratava e assim todos se posicionaram, maioria se posicionando a favor, com uma minoria que discorda dessas políticas. (GRÁFICO 03)

Gráfico 03. Motivo de concordar com as políticas



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Dois dos entrevistados o aluno 06(NA) e 07(NA), discordaram das políticas afirmativas, o primeiro afirmando que fere o principio da igualdade, o segundo que não deveria distinguir grupos, nem de forma negativa nem positiva, afirmando que essa gera uma forma de preconceito (discriminação). *“Talvez sim, talvez não porque eu acho que se distinguir a classe negra da, do branco isso gera de uma certa forma*

um preconceito. Porque eu acho que não deveria ter separação de classes. (ALUNO 07 (NA), entrevistado em 15/04/2016),”

As ideias dos outros entrevistados giraram em torno da: *valorização cultural*, pelo conhecimento que se tem da cultura, através da lei 10.639/03 relacionada ao ensino; o *direito* ficou explícito, entre os motivos das políticas na entrevista dos alunos 02 (NA) e 03 (NA), mostrando que todos têm direitos a ter sua cultura valorizada e fazer faculdade “*Concordo. Porque os negros também tem direitos de fazer uma faculdade sem preconceito*” (ALUNO 03 (NA), entrevistado em 15/04/2016)”; o aluno 08 (A) quanto a *capacidade de produzir*, afirma que todos têm condições de assumir uma profissão. Os alunos que colocaram que um dos motivos era *oferecer* oportunidades para os sujeitos, que têm dificuldades frente aos preconceitos que muitos sofrem pela cor da pele e condição social, o aluno 10 (A) relata que apesar das mudanças ocorridas, o negro ainda ocupa os lugares piores na sociedade quanto a emprego, e a oportunidade de entrar na faculdade, podendo assim essa realidade passar por mudanças.

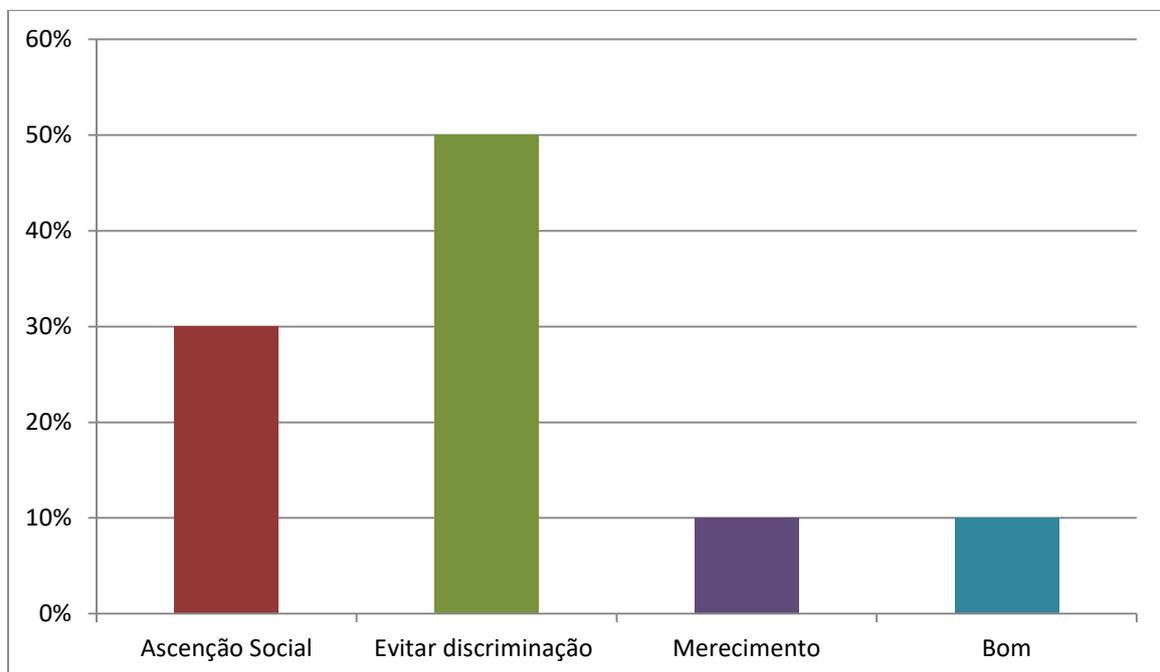
Eu concordo. Porque apesar de ter tido muita, de o mundo tá se desenvolvendo, tá tendo oportunidade pra todos, sabemos que o negro sempre tá é, em cargos inferiores, a maioria das empregadas que você vê, vai ser negros, é cargos inferiores mesmo. Então é, um branco, em muitos casos teve, mais oportunidade nas escolas é do que um preto, ele, cheu (sic) vê, digamos que esteja em escola particular e o negro não, aí chega na questão da universidade e ele vai ter mais chances de passar do que o negro, então eu acredito que essa seja, uma chance dele entrar, não que isso vá, bom é isso eu concordo.(ALUNO 10 A, entrevistado em 15/04/2016)

Possivelmente as ideias expostas foram construídas com base histórica, ao longo da vida escolar desses jovens, eles viram como aconteceu a entrada dos negros em nossa sociedade, assim como a discriminação que sofrem ainda hoje, sendo assim, muitos sentiram-se felizes, animados por essas políticas existirem, elas que levam todos a estar em um patamar semelhante. Essas políticas segundo os autores servem para minimizar os efeitos do passado que são refletidos hoje.

Quando questionados sobre o motivo de existência das cotas raciais, parte dos alunos responderam que seria uma forma de ascensão social, (01(A), 02 (NA), 06(NA)) ligando essas, a oportunidade de sair da pobreza, conseguir estudo, emprego melhor, embora o 06 (NA) faz o seguinte relato “*Eu acho, como eu le (sic)*

falei por, por as pessoas ainda considerar que o negro não tem a capacidade de, de, de conseguir as coisas, por, por seus próprios, por seus próprios, conhecimentos”, mostrando que é forma de ascensão só que ele não faz parte desse grupo que pensa assim. Quanto a evitar discriminação os alunos 10 (A), 03 (NA), 05(A) 09 (NA), 07 (NA), destacam o direito à igualdade, menos preconceito, pela arrogância e desejo de superioridade de alguns, e o 07 (NA) afirma que *“talvez pra ajudar uma população que sofre pelo preconceito, hoje, ainda no século XXI”*.

Gráfico 04 – Porque as cotas existem?



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Os entrevistados, mostram nessa seção apesar das ideias serem um pouco diferentes, que a maioria percebe a necessidade das políticas de autoafirmação, através da valorização cultural de um grupo, da garantia de direitos, das oportunidades através também da percepção de capacidade igualitária no produzir, com esses elementos o negro hoje, tem a possibilidade de disputa por seu reconhecimento enquanto ser humano igual, assim se elas existem isso demonstra que há disputas no espaço produtivo brasileiro, tanto no mercado quanto no campo educacional, ou seja no território, pois esse é visto como espaço apropriado, e esse espaço hoje e a cada dia esta sendo ocupado também por esse grupo.

Quanto à segunda questão sobre o motivo da existência das cotas percebemos que ela é uma forma de ascensão social, onde se enquadra a rejeição a existência das desigualdades, o merecimento do negro enquanto ser formador de nossa história. As ideias expostas pelos autores mostram que o negro embora ainda sofra discriminação e seja colocado muitas vezes como vítima, é simultaneamente agente modificador de sua realidade, pois vimos no *site* *palmares*, que essas são resultantes de muitas disputas do movimento negro no âmbito político, assim como a maioria das leis que temos para arrancar de nossa sociedade resquícios ainda arraigados em nosso cotidiano. As exposições confirmam a necessidade das políticas afirmativas, e o reconhecimento dessa necessidade pelos alunos, pois eles afirmam o quanto essas políticas contribuem para a minimização das desigualdades.

Se a maioria dos alunos reconhecem que as ações afirmativas são importantes e até necessárias para melhorar a vida do negro no Brasil, então percebemos que disputas são travadas por território igualitário, por melhores condições de vida, essa que perpassa a oportunidade de produzir, habitar um espaço em todas as suas dimensões tendo igual oportunidade de ascender através do trabalho.

3.5 SER NEGRO HOJE NO BRASIL

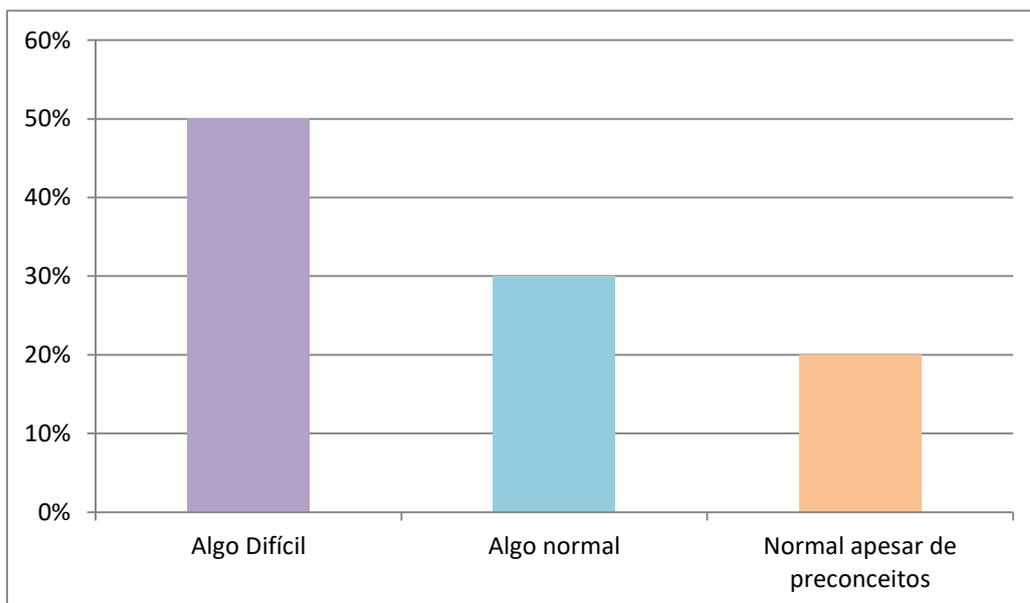
Nessa secção apresentaremos aspectos relacionados à visão dos alunos sobre o significado de ser negro hoje no Brasil, assim vamos associar ao final essas questões às já apresentadas nessa pesquisa, a fim de refletir sobre o tema em discussão.

Com base na história pela qual passou a população negra no Brasil, e percebendo os diversos avanços que ultimamente conquistamos lançamos o seguinte questionamento, ser negro é? Por quê? Metade dos entrevistados afirmou ser algo difícil (GRAFICO 05), todos relacionando ao preconceito que a população ainda hoje sofre, o Aluno 05 (A) chega a afirmar a importância da autoaceitação, se reconhecer, se aceitar enquanto negro, para valorização da cultura; o aluno 09 (NA) afirma que além da característica racial outro fator importante dentro dessa questão é a social, a questão da forma de vestir, que desperta preconceito, para enfatizar

esse ponto de vista a Aluna 02 (NA) afirma, “*carraca!(sic) É difícil, porque apesar de ter passado tanto tempo da abolição da escravidão, essas coisas, ainda existe, muito preconceito, então não é fácil, não é fácil ser negra, a sociedade ainda tem muita opressão com isso*”. (ALUNO 02 A, entrevistado em 15/04/2016). Dois alunos apesar de considerar que não há diferença hoje, no Brasil sobre a questão de ser negro, um afirmou que é um povo que possui bastante história para contar; e, o aluno 06 (NA) que é uma população que sofre com preconceito.

Dos três alunos que afirmou haver igualdade, um enfatizou que tinha esse ponto de vista, mas que haveria outros contrários na sociedade. Nessa parte observamos aspectos interessantes, a questão da autoaceitação, que já remete a reflexos do movimento negro, que busca trabalhar nesse sentido, nos deparamos com queixas de discriminação, ainda hoje vivenciadas por nós, essa que deve ser combatida. Os alunos mostraram que já têm esta concepção, os quais demonstram que no campo político o negro já conquistou seu lugar, pois todos concordam que ele é alguém igual, merece ser tratado com respeito apesar de ainda existir certo tipo de preconceito direcionado para esse grupo.

Gráfico 05 – Ser negro é?



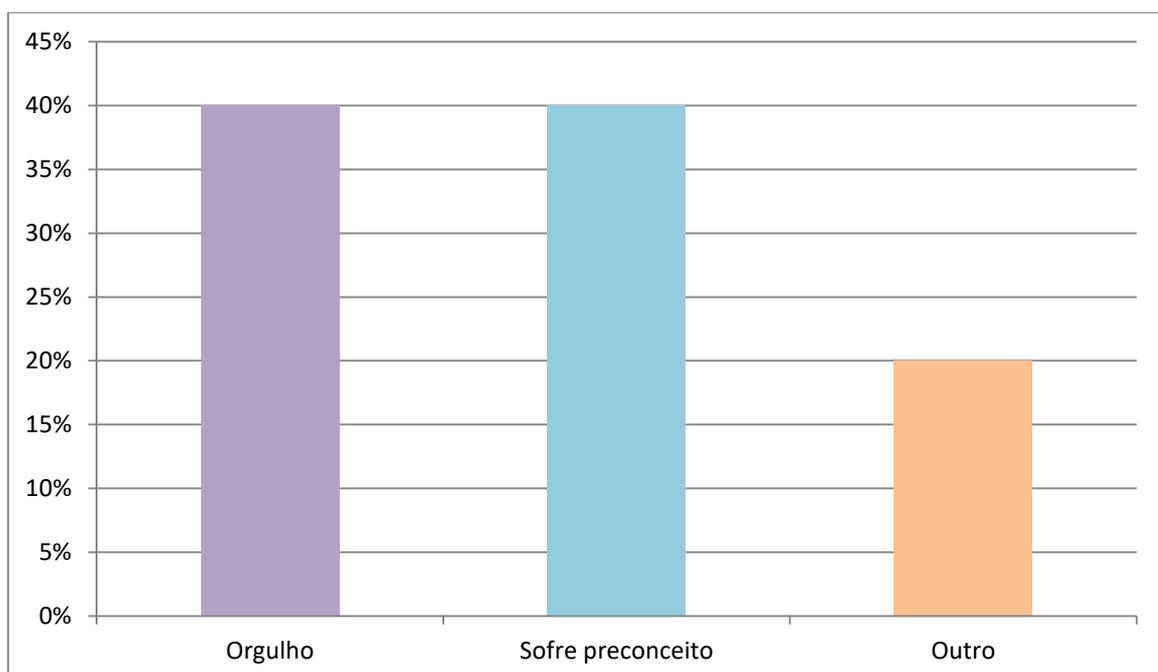
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

A seguir partimos para o campo empírico, o que os alunos sentiam em relação a ser negro, como eles percebiam a vida dessas pessoas, 40% afirma que essa população sofre com discriminação racial, que ainda hoje é inferiorizada, que não se justifica esse tipo de comportamento. A Aluna 01 (A), faz um relato pessoal, que mostra estar havendo uma mudança no sentido pessoal de algumas das pessoas que pertencem a esse grupo muitas vezes marginalizado, mostrando assim que é importante ter ideias claras sobre o que essa aceitação representa, muitas vezes resulta em preconceito, mas também é a busca pela verdade interior de cada um.

É difícil. Porque por exemplo, eu alisava o cabelo, pra ser aceita, no caso pelas meninas brancas, aí quando eu parei, aí eu sou taxada, como, besta, é... tipo resta você recebe vários apelidos, preconceituosos, de meninas que não aceitam eu ser diferente delas. (ALUNO 01 A, entrevistado em 15/04/2016)

Outros 40% dos entrevistados afirmaram que sentem orgulho de pertencer a essa raça, por representar um povo que marca a história do Brasil, por já termos alcançado tantos direitos e cada vez mais evoluir nesse sentido. *“Eu tenho orgulho, independente, das pessoas que são preconceituosas. Porque sim, porque eu tenho que me aceitar do jeito que eu sou, independente dos padrões”.* (ALUNO 02 A, entrevistado em 15/04/2016) Dos entrevistados dois afirmaram ser algo normal.

Gráfico 06 – O que sente em relação a ser negro hoje no Brasil?



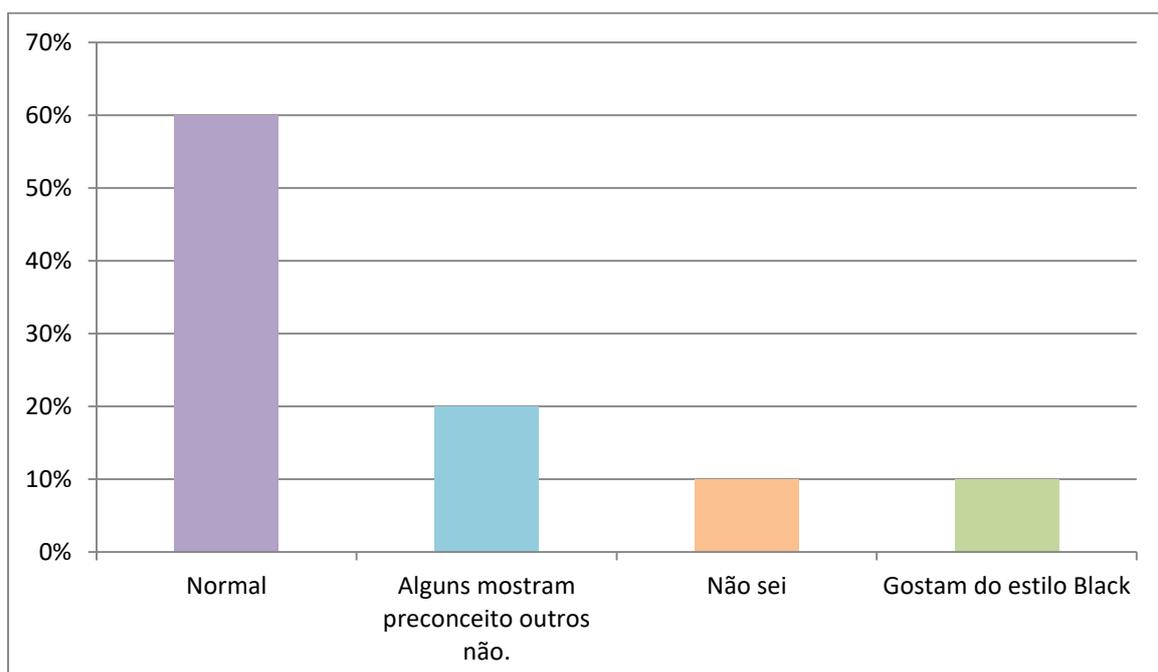
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Apesar de ser uma população que sofre bastante pelos conflitos de interesses, afinal inferiorizar o outro foi a forma das elites se manterem no poder, acreditamos que por políticas públicas estarem sendo instauradas, pelos trabalhos de dezenas de anos do Movimento Negro, o cidadão negro hoje, disputa os lugares de forma igualitária, por se considerarem pertencentes a esse grupo e por lutarem de forma ativa por seus direitos, essas disputas que cada vez mais garantem um território igualitário não só no campo político mas em todas as esferas da sociedade.

Partindo para o cotidiano dos entrevistados, eles foram questionados, Como seus amigos pensam sobre ser negro hoje no Brasil?, 60% afirmou que eles encaravam com naturalidade, uma pessoa, um grupo como qualquer outro, assim essa questão não seria de relevância na vida deles, um afirmou que não sabia, outro que os amigos até gostam do seu estilo *black*, dois dos entrevistados que havia divergência entre as idéias dos amigos alguns, enfatizando que com piadas, palavras sem muito teor ofensivo demonstravam de certa forma que possuíam algum tipo de preconceito.

Esses dados entram em contradição com os anteriores, partindo para o cotidiano dos alunos, eles não percebem diferenças entre os grupos, mas durante o restante da pesquisa afirmam o contrário. Eles assim não percebem, não estranham essa realidade em seu cotidiano.

Gráfico 07 – Como seus amigos pensam sobre ser negro hoje no Brasil?



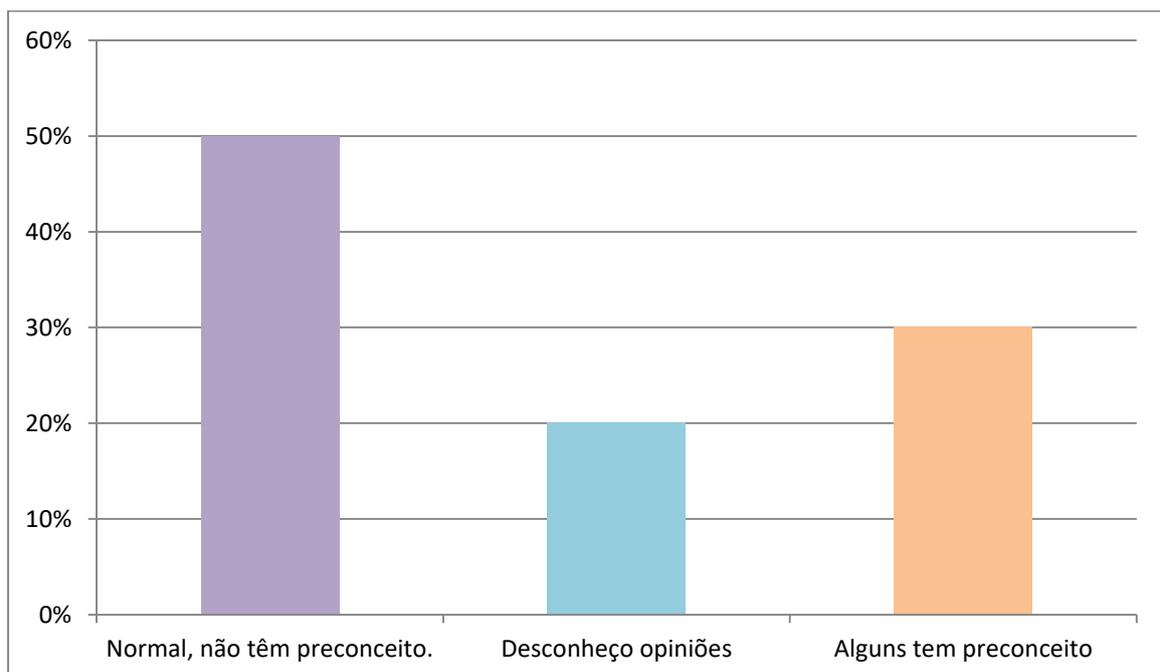
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Ainda no campo empírico, com o intuito de saber se essas questões adentram o ambiente familiar dos entrevistados, através de conversas, discursos, 50% respondeu que não percebe nenhum tipo de preconceito, 20% que desconhece opiniões já que não se fala sobre isso em casa, três dos entrevistados mostraram que em algum momento percebe um parente com esse tipo de mentalidade, ideias que eles afirmam ser contrários.

Alguns talvez por serem ignorantes no assunto, talvez, é, de forma natural, solte um certo preconceito, mas outros não, por ter uma experiência a mais, ajam de forma natural. Talvez as piadinhas com as pessoas morenas, ou seja pessoas negras é uma forma natural, que as pessoas falam, uma forma preconceituosa. (ALUNO 07 NA, entrevistado em 15/04/2016)

Ao longo da pesquisa a questão do preconceito se repete nas falas, mas quando parte para o cotidiano dos mesmos isso não acontece. Acredita-se que por os mesmos já estarem acostumados a vivenciar essa realidade, instaurada com a teoria do branqueamento, quando não percebemos nossos próprios preconceitos, não de forma pejorativa, mas como conceitos já estampados em nossa mente, muitas vezes negando nosso corpo, nosso cabelo, porque o bonito é cabelo liso, e as características do homem branco, esses conceitos que ainda hoje estão arraigados em nosso imaginário.

Gráfico 08 – O que seus familiares pensam sobre isso?



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Se lugar segundo Carlos (2007) é local que oferece condições ao homem, para produzir e se desenvolver e território seria um espaço apropriado por um grupo ou ser, o que podemos perceber pelas respostas dadas pelos entrevistados, é que o afro-brasileiro ainda disputa esse espaço, que seria a universidade o mundo do trabalho, pois ainda tem que enfrentar diversas dificuldades apesar de já ter conquistado muita coisa. Assim nossos entrevistados afirmam que o lugar já fora alcançado, mas que disputas ainda ocorrem no território, essas disputas manifestadas através de preconceitos, das visões diferenciadas a respeito das políticas afirmativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, buscou-se conhecer o ponto de vista dos alunos do ensino médio de Várzea do Poço – Ba, sobre o território e lugar do ser negro no Brasil contemporâneo, com base na dialética e discutindo os conceitos de lugar e território, procurou-se compreender como os alunos entendiam essa realidade.

Foram entrevistados dez alunos do Colégio Estadual Felipe Cassiano de Várzea do Poço – BA, alguns que se consideravam pretos, outros pardos e alguns brancos, todos com suas identidades não reveladas nessa pesquisa.

A escolha desse tema faz-se importante, pois não localizou-se pesquisas semelhantes, investigando essa realidade afro na dimensão de lugar e território geográfico, assim abre um leque de possibilidades para pesquisas futuras, essa que pode ser feita com outros públicos, em outros locais do Brasil, com maior amostra de investigados e até utilizando outro tipos de metodologias.

As conclusões que se chegaram foram baseadas na pesquisa bibliográfica e também na resposta dos entrevistados, sendo confirmada em parte a hipótese anteriormente proposta que afirmava que “O negro ainda hoje luta cotidianamente por um território igualitário, aqui no Brasil, o que pode ser diagnosticado pelas políticas afirmativas, já que elas são destinadas a locais em que um grupo está em desvantagem em relação a outro, batalhas essas que estão levando à conquista de um lugar igual”.

Os alunos a principio pregam que há a igualdade, mas depois enfatizam os conflitos através da discriminação, posteriormente na discussão sobre políticas afirmativas grande parte afirma que elas são necessárias para que haja oportunidades para todos ascender socialmente, e valorizar cada vez mais aspectos culturais do grupo. Esse que ainda hoje precisa ser valorizado.

Trabalhando com entrevistas narrativas, chegou-se à conclusão que os alunos percebem os conflitos ocorridos no espaço, o que é evidenciado por tantos relatos de discordância de idéias sobre discriminação, a existência das políticas de ação afirmativas, e opiniões dos entrevistados sobre elas, sobre o que seria ser negro e que sua condição de ser humano é respeitada. Sobre o lugar observamos

que os alunos discordaram da hipótese inicial que pregava a luta por esse, os mesmos afirmaram que o lugar do ser negro é onde ele quiser, dessa forma já o conquistou. Vemos que já evoluímos muito em relação ao passado histórico brasileiro, mas que esses avanços devem continuar para irmos em busca de um mundo efetivamente igual para todos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA F., W. *Uma história do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultura Palmares.Salvador, 2006.
- BONNEMAISON, J. *Viagem em torno do território*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-131.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> . Acesso em: 13 fev. de 2016.
- BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade racial. *Estatuto da Igualdade Racial: nova estatuta para o Brasil*. São Paulo-SP: CEERT, 2012.
- CAREGNATO, R. C. A; MUTTI. R. *Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006, P 679 -684. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>, acessado dia 20/09/2016.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/ do mundo*. Edição Eletrônica ed. São Paulo - SP: LABUR, 2007. 85 p.
- COELHO N. A. S. *Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder*. GEOgraphia (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013.
- DOMINGUES, P. J. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007
- FERREIRA, L. F. *Iluminando o lugar. Três abordagens(Relph, Buttimer e Harvey) - DOI 10.5216/bgg.v22i1.15378*. Boletim Goiano de Geografia, [S.l.], v. 22, n. 1, ago. 2011. ISSN 1984-8501. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/15378/9428>>. Acesso em: 02 ago. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v22i1.15378>.
- HAESBAERT, R.*Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: Congresso de Geógrafos da América Latina, 5. São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005. Disponível em: Acesso em: 12 jun. 2016.
- HAESBAERT, R. da C. *O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. *O território em tempos de globalização*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, [S.L], v. 1, n. 2, p. 39-52, jul./ago. 2007.

LEITE, A. F. *O Lugar: Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: < O Lugar: Duas Acepções Geográficas> acessado dia 10/mai/2016.

LOBO, B. N. L. *Igualdade e ações afirmativas na Educação Brasileira*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC-MG. Programa de Pós-graduação em Direito, 2009, Belo Horizonte - MG.

MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf> > Acessado em Jan de 2016.

NETO, A. S. C. *Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder*. GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro - RJ, v. 15, n. 29, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/603>>. Acesso em: 10 set. 2015.

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. *Legislação e regimento*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

PEREIRA, A. A. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

PIRES, M. F. C. *O materialismo histórico-dialético e a Educação*. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

PRADO J. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROENÇA, W. de L. *Escravidão: debates historiográficos contemporâneos*. In: XXIV Semana de História - Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior, 2007, Assis - SP. XXIV Semana de História - Caderno de Resumos. Assis - SP: Gráfica UNESP, 2007. p. 56-56.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Atica, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo - SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *O lugar: encontrando o futuro*, in. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176p.

SOUZA, M. J. L. de. 2006. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cezar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Ed Bertrand, 8ª Edição Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

THEODORO, M. *À guisa de conclusão: O difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil*. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008a.

TRAPP, R. P. *A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978- 2001)*. Porto Alegre, 2013. 114 f. Disponível em: <www.repositorio.pucrs.br>. Acesso em: 10 set. 2015.

TRAPP, R. P; SILVA, M. L. da. *Movimento Negro no Brasil contemporâneo: Estratégias identitárias e ação política*. Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.<<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/viewFile/2252/1624>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

ZAGO, L. H. *O método dialético e a análise do real*. Kriterion, Belo Horizonte - MG, n. 127, p. 109-124, jun./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v54n127/n127a06.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

APÊNDICE**Questionário para pesquisa**

Aluno nº

Idade:

Sexo: F () M ()

Série:

Local da entrevista:

Data: / / Horário de início: Horário de término:

Como você se considera:

() Branco(a) () Pardo (a) () Preto(a)

() Amarelo(a) () Indígena

Entrevista:

- 1) Ser negro é. Por quê?
- 2) O lugar do negro é? Por quê?
- 3) Você concorda com isso? Por quê?
- 4) Todos pensam assim? Por quê?
- 5) O que pode acontecer se nem todos pensam dessa forma? Por quê?
- 6) Você sabe o que são políticas afirmativas para negros?
() Sim. Você concorda ou não? Por quê?
() Não. (Apresentar algumas políticas afirmativas
Você concorda com essas políticas ou não? Por quê?

- 7) Para você o que justifica a existência dessas políticas afirmativas?
- 8) O que sente em relação a ser negro hoje no Brasil. Por quê?
- 9) Como seus amigos pensam sobre ser negro hoje no Brasil. Por quê?
- 10) O que seus familiares pensam sobre isso? Por quê?